

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

A Construção Democrática no Brasil



Cenário Político... Um Filme!

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**

Após **21 anos de ditadura militar**, foi indicado civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.

Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a **instalação da Assembleia Nacional Constituinte**.



Cenário Político

Constituição de 88, com 29 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente** e extremamente **burocrático**.

Nova era no Brasil, com participação popular ativa e combatente.

Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
				
CIDADANIA (Participação Popular + Conselhos Públicos)	EFETIVIDADE (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	RESPONSABILIZAÇÃO (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	TRANSPARÊNCIA (Órgãos Públicos)	TRANSPARÊNCIA (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

Cenário Social

Temos o cenário político e legal de
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,
CIDADANIA ATIVA E TRANSPARÊNCIA



Exigem cidadãos, individual ou
coletivamente, **participando** e
exercendo seu papel de acompanhar
e avaliar a gestão pública.



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Controle Social: Fortalecimento da Cidadania

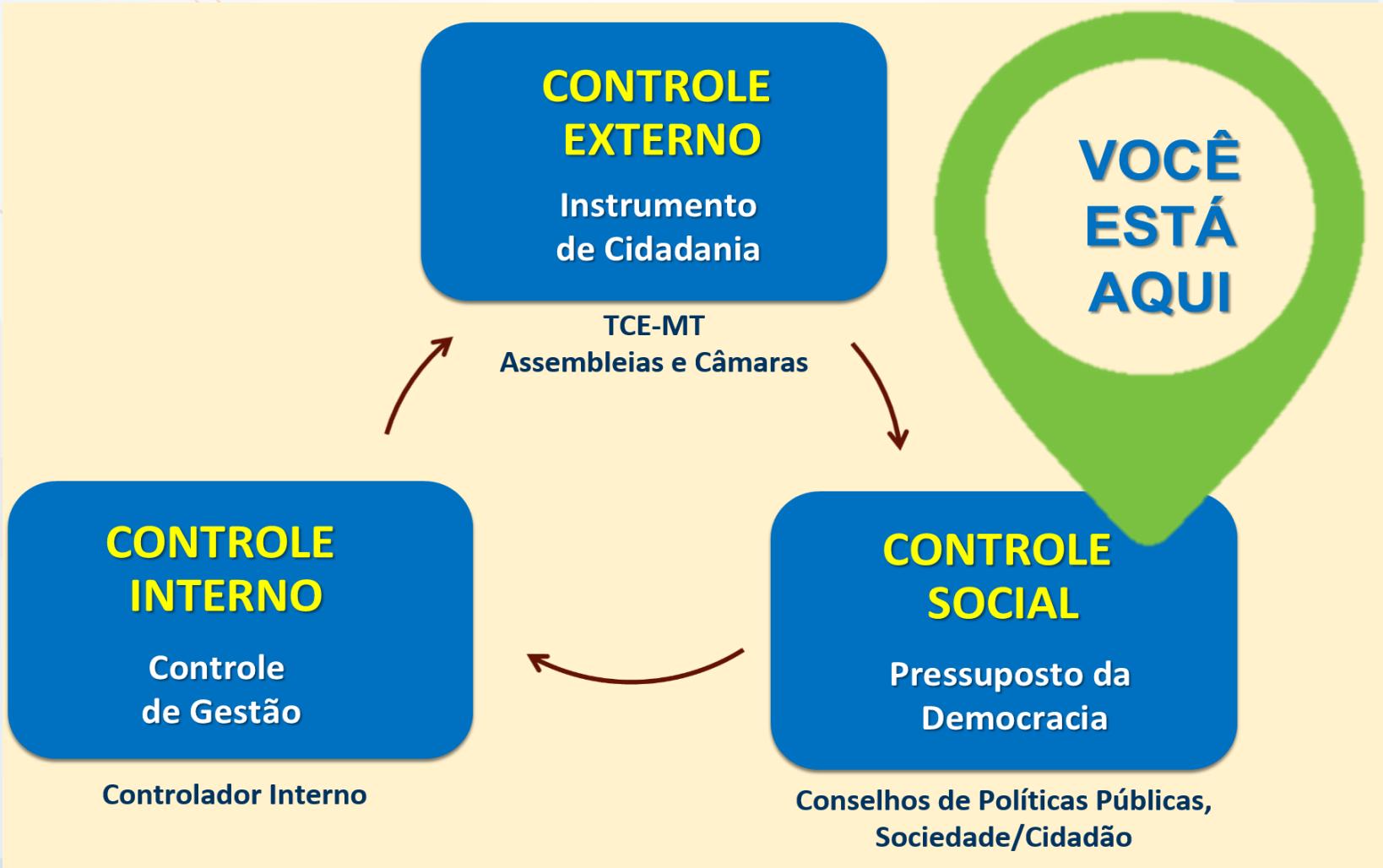


**Não existe
Democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Controle Social

Pode ser compreendido:

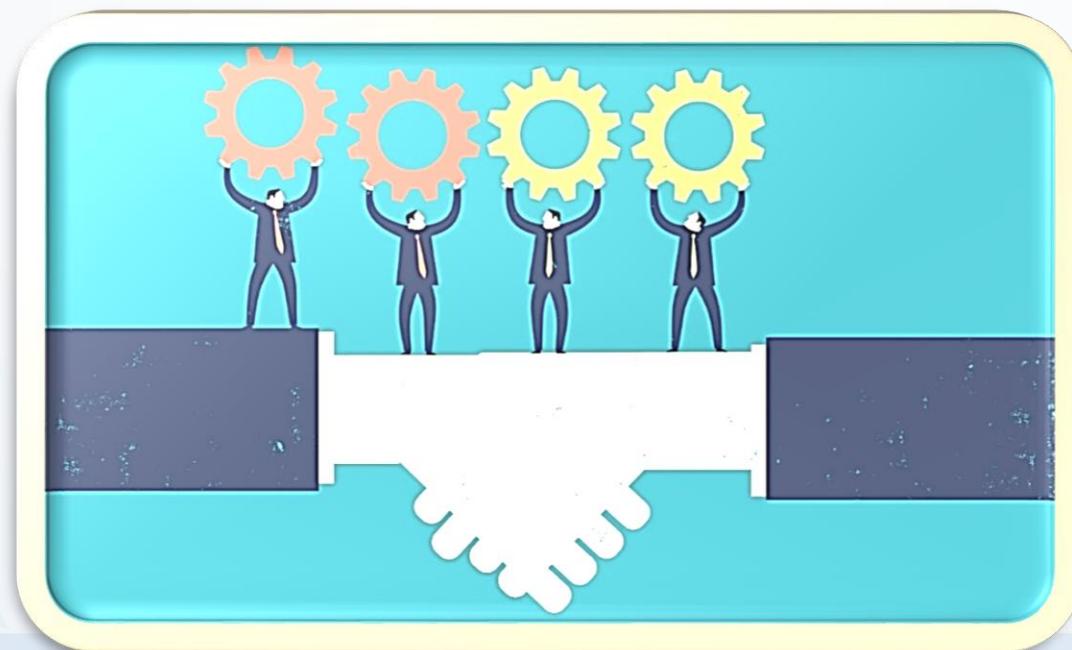
Como uma ação reguladora, resultante da participação popular nas instâncias estatais e/ou ações governamentais.



Controle Social

Visa assegurar que:

As políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus **programas sejam **cumpridos** conforme o que foi pactuado.**



Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



**É transversal a toda
política, e não pode
ser confundido
somente com controle
de orçamento.**

O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na elaboração do planejamento, na fiscalização da execução orçamentária dos recursos públicos, na prestação de contas dos gestores e na avaliação dos resultados das ações do governo.



O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse **tema seja inserido na agenda do cidadão**.

O **cidadão** precisa se sentir parte do **controle social**.



Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa

das Audiências Públicas?

Vai

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha

as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade
sejam pensados e resolvidos
por **outras pessoas**

DESCONHECENDO

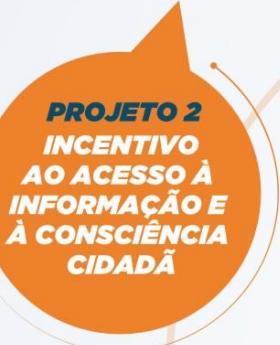
a destinação dos recursos
orçamentários

DEIXANDO

de **participar dos debates** sobre
a definição e o planejamento
das **políticas públicas**

ENFRAQUECENDO

a **democracia** com a ausência
de legitimação das ações e
decisões públicas



Conselhos: Instrumentos de Controle Social





Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma. Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90, e que começaram a se efetivar.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.

Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO
(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)



1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão



Os conselhos são
espaços públicos de
composição plural e
paritária entre estado e
sociedade, de natureza
PROPOSITIVA,
MOBILIZADORA,
DELIBERATIVA,
FISCALIZADORA e
CONSULTIVA,
cuja função é formular
execução das
políticas públicas.



Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão



Leis Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

LDO

Lei de Diretrizes
Orçamentária

LOA

Lei Orçamentária
Anual

O PPA faz um **planejamento da políticas públicas e programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas, os objetivos, estipula as metas e delineia as iniciativas. Associando os programas orçamentários aos objetivos.**

A LDO **orienta ano a ano como esses programas e objetivos devem ser realizados.**

Destaca **metas e prioridades para a Administração Pública.**

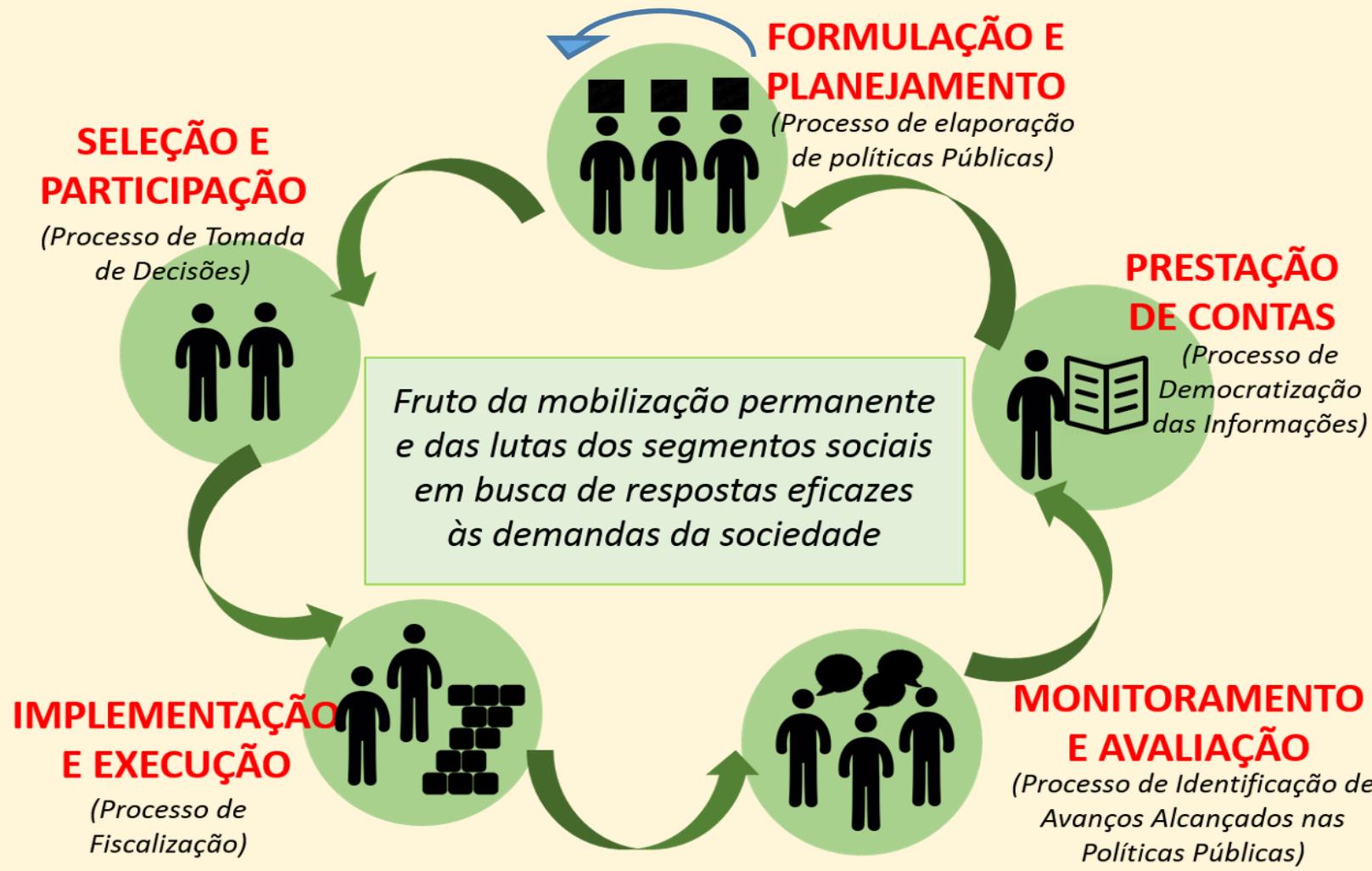
A LOA **aloca os recursos públicos necessários anualmente para a concretização das metas estabelecidas.**

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas que serão detalhados no orçamento

Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais

Fonte: Vuolo/2016 (adaptação do Livro Gestão Educacional)



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas



Por que fazer a Oficina?



Dar voz e vez aos representantes da sociedade

Empoderar os conselhos de políticas públicas enquanto instrumento de controle social

Ampliar a participação dos conselheiros nos processos decisórios da gestão municipal

Disponibilizar informações do controle externo relacionadas ao exercício do controle social

Estimular o diálogo entre os órgãos e poderes e destes com a sociedade

Democratizar as relações entre o Estado e a sociedade



**E como
será a
oficina?**



Metodologia

A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



Oficina: Composição dos Grupos

- 1. Proteção do Gênero Humano**
- 2. Educação**
- 3. Saúde**
- 4. Desenvolvimento Econômico**
- 5. Patrimônio da Humanidade**



Oficina: Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescentes, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina: Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria, Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

- 1 Coordenador,**
- 1 Orador e**
- 1 Secretário** (Todos Conselheiros)

Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas
(60min)
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade
(15min)
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação
(15min)



Oficina: Orientações

➤ **Sistematizar as demandas (15min)**

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

➤ **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas

- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



Características das demandas priorizadas nos grupos:



- **Construção coletiva**
- **Consenso nas decisões**
- Representar os **anseios da sociedade**
- Conteúdos **transversais**



Atenção senhores conselheiros



As **demandas** priorizadas **devem buscar** alcançar os **resultados** das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingí-las (*não dizer como fazer*).

Como pensar de forma transversal?

Reducir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)

Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)

Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)

Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)

Reducir a pobreza
(Assistência Social e Emprego)



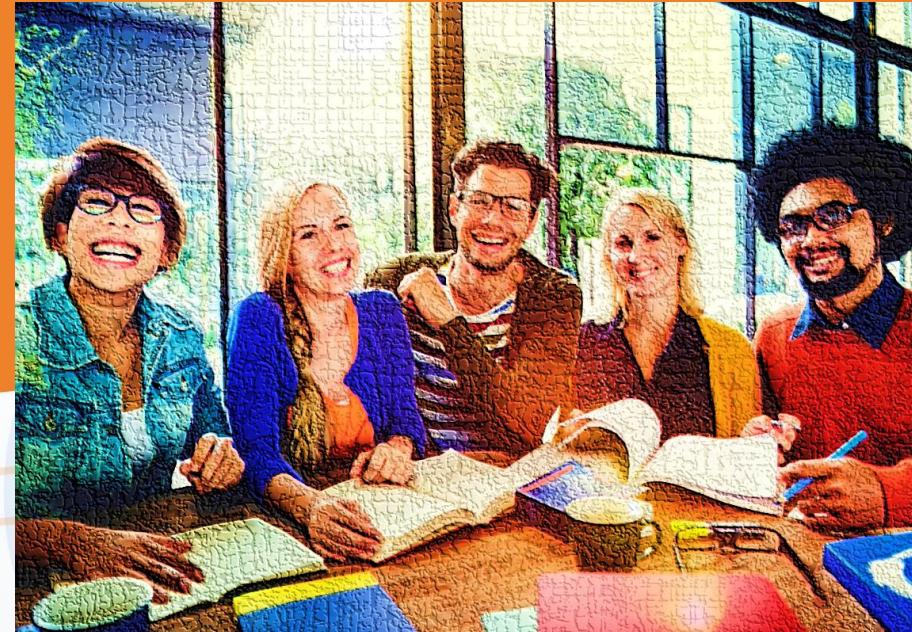
Verbos para formular demandas

- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Priorizar
- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Rever

- ✓ Aumentar
- ✓ Elevar
- ✓ Reduzir
- ✓ Manter
- ✓ Garantir
- ✓ Adequar
- ✓ Erradicar

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Reflexão Final



**“Onde não há conselhos
fracassam os projetos, mas
com os muitos conselheiros
há bom êxito”**

(Provérbios 15 – 22)





Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br
Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO